

CONSELHOS SETORIAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO SEMIARÍDO: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DE SUA COMPOSIÇÃO NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA -RN

François Rodrigues de Alencar (1), Alcides Leão Santos Júnior (2).

1(Autor): Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, francorodriguesalencar@gmail.com ;

2(Coautor): Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, santosjunioralcides@gmail.com.

Resumo

Este trabalho busca realizar um diagnóstico situacional acerca da composição dos conselhos setoriais de políticas públicas educacionais, pertencentes ao município de Viçosa-RN, sob a perspectiva da Administração Pública, com o objetivo de analisar como se dá o a composição desses conselhos, e quais atores sociais contribuem para o seu funcionamento também sua organização, questões como que tipos de práticas são realizadas, que tipo de papel a administração pública contemporânea tem a respeito dessa temática participativa , e se a formação desses conselhos estão realmente de acordo com os regimentos , portarias e decretos com que os mesmos foram criados. Revelando assim sua importância para o desenvolvimento de políticas públicas no semiárido. Com caráter de pesquisa de campo e de cunho bibliográfico e documental, assumindo quanto aos fins característica de pesquisa descritiva e estudo de caso. Tendo os conselhos setoriais como universo, e dois dos seus mais atuantes conselhos ligados à área educacional de Viçosa como amostra. Foi observado uma satisfatória atuação e formação bem de acordo com o tolerável pelos princípios que regem a atuação participativa da sociedade no que diz respeito a questões referentes a deliberação, fiscalização, entre outras funções desses órgãos de maneira paritária. Necessitando segundo as conclusões desse trabalho de pequenas implementações a nível de sugestão com base nos preceitos sugeridos pela administração pública contemporânea.

Palavras-chave: Conselhos Setoriais; Políticas Públicas; Semiárido.

Introdução

O presente trabalho busca observar, analisar e propor considerações a acerca das questões referentes aos Conselhos Municipais de Políticas públicas ligados a área de Educação do município de viçosa no que diz respeito à sua formação , elucidando assim o seu impacto e sua importância e participação de diversos setores da sociedade civil e governo nas política públicas de educação dentro município estudado e no território em que a pesquisa está inserida, mais especificamente

no semiárido nordestino na região do Alto Oeste Potiguar, tudo isso a luz da Administração Pública contemporânea.

Para o desenvolvimento deste estudo se fez necessário a abordagem de temas afins a essa questão, como, Administração pública, Políticas públicas de educação, e seus conselhos paritários e suas ações. Temas que tem gerado muitas discussões e inquietações para diversos gestores em organizações públicas e privadas de diversos setores, organizações essas que são geridas não só em âmbito privado, mas principalmente em âmbito público aonde o estado desempenha um importante papel provedor na sociedade através das organizações que por meio delas fornece os meios necessários para o atendimento de necessidades da população. Até hoje Serviços tais como saúde, água e energia, segurança pública, controle de poluição, alimentação, diversão, educação entre outras depende de organizações. (MAXIMIANO, 2004).

“A administração pública, em sentido amplo, compreende: o Governo (que toma as decisões políticas), a estrutura administrativa e a administração (que executa essas decisões). Em sentido estrito, compreende apenas as funções administrativas de execução das atividades” (CHIAVENATO, 2010, p. 21)

Já a questão dos conselhos de políticas públicas permeia atualmente diversos estudos, tanto no meio acadêmico como no campo empresarial, a nível nacional e internacional, pois se torna cada vez mais inconcebível a gestão pública desvinculada das práticas participativas populares.

Com isso é valido ressaltar que os conselhos gestores de políticas públicas, órgãos que gerem essas políticas públicas, tendo caráter de natureza explicitamente deliberativa ou consultiva, foram idealizados por meio de inspiração constitucional, apesar disso temos que lembrar que sua concepção não se deu pela criação de leis específicas principalmente no que diz respeito ao início da década de 90. (GURGEL & JUSTEN, 2013).

Como nos mostram fragmentos de menção a esses órgãos dentro do texto constitucional:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (...)

III. participação da comunidade.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: (...)

II. participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (Brasil, 1988:138-143).

O trabalho em questão tem como objetivo geral analisar a composição dos conselhos municipais ligados a programas e políticas públicas de educação no município de Viçosa.

Conselhos são espaços públicos (não-estatais) que sinalizam a possibilidade de representação de interesses coletivos na cena política e na definição da agenda pública, apresentando um caráter híbrido, uma vez que são, ao mesmo tempo, parte do Estado e da sociedade. Distinguem-se de movimentos e de manifestações estritas da sociedade civil, uma vez que sua estrutura é legalmente definida e institucionalizada e que sua razão de ser reside na ação conjunta com o aparato estatal na elaboração e gestão de políticas sociais. O estatuto jurídico dos conselhos, concebidos como espaços de participação, de controle público, para a elaboração e gestão de políticas, não permite uma completa autonomia deste subsistema em relação aos outros dois (econômico e político), como sugere Habermas na conceituação da esfera pública. Nesse sentido, os conselhos não são apenas locais informais de comunicação: sua composição paritária (membros governamentais e não-governamentais) e o caráter constitucional definem os conselhos como “parte” do Estado, com todos os perigos e dilemas inerentes a esse *status*. (CARNEIRO, 2006, P. 152).

Neste mesmo sentido, o problema de pesquisa irá buscar entender como se dá a composição dos conselhos de políticas públicas setoriais da área de educação do município de Viçosa-RN, questões relacionadas a forma de escolha setores do governo e da sociedade civil que são comumente representados e ações de escolha e formação são realizadas de acordo com os preceitos da administração pública contemporânea. Dessa forma, despertando o seguinte questionamento: até que ponto as ações essa composição está ou não de acordo com as leis e os preceitos da administração pública que os regem ?.

Metodologia

A pesquisa quanto aos meios assume caráter de pesquisa de campo e de cunho bibliográfico e documental, pois esse tipo de pesquisa assemelha-se muito com a pesquisa bibliográfica. Assume características quanto aos fins de pesquisa descritiva, também que, segundo Vergara (2007, p. 47) define como: “A pesquisa descritiva expõe características de determinada população de determinado fenômeno”.

Os conselhos municipais de políticas públicas são tratados pelo presente trabalho como o universo a ser estudado, essa delimitação conceitua-se segundo (MARCONI & LAKATOS, 2009 p.112) da seguinte forma: “Universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum sem o número total de elementos do universo ou população”.

Sendo a sua amostra composta pelo Conselho Municipal de Educação de Viçosa e o Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica. A coleta de dados foi desenvolvida através de Análise documental, com base nisso, os instrumentos de pesquisa e coleta dos dados se deram da seguinte forma:

- Fotocopia da documentação existente dentro dos órgãos estudados como atas portarias e regimentos, vislumbrando identificar como se dá o processo de composição desses conselhos;
- Acompanhamento e observação das ações da gestão desses conselhos.

Fazendo uso primeiramente da observação Assistemática, pois o fato de o autor do trabalho em questão já ser um dos membros de um dos conselhos estudados, faz com que alguns pontos relatados no trabalho já tenham sido observados antes, de maneira casual e não detalhada para logo em seguida ganhar um caráter de observação Sistemática mais detalhada, com registros de todas ações referentes a temática abordada.

Resultados e Discussão

A análise em questão visa fazer um paralelo, demonstrando como é composto e até que ponto o processo de formação e efetividade dentro desses conselhos tem sido executados de forma satisfatória, tendo como bússola norteadora as leis que os regem dentro Município onde foram criados e as leis maiores de ordem constitucional.

A seguir temos uma apresentação superficial dos conselhos setoriais de Políticas Públicas de Viçosa, destacando quais os conselhos e seus respectivo quantitativos de membros :

CONSELHOS SETORIAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA	
CONSELHOS	COMPOSIÇÃO
COMAD- Conselho municipal de políticas públicas para da juventude	18 Membros
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Viçosa -RN	24 Membros
COMSEAN – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Viçosa - RN	20 Membros
CMAD- Conselho Municipal Anti-drogas de Viçosa – RN;	16 Membros

COMDEF – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das pessoas com deficiências;	36 Membros
CMDMA- Conselho Municipal de defesa do Meio Ambiente de Viçosa- RN;	12 Membros
CMDI -Conselho Municipal do Idoso de Viçosa -RN;	20 Membros
CMDM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;	16 Membros
COMUNDICA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;	12 Membros
CME – Conselho Municipal de Educação de Viçosa- RN;	24 Membros
CMDT – Conselho Municipal de Turismo de Viçosa – RN	9 Membros
CDFNDE – Conselho municipal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB	22 Membros
CAE – Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Viçosa -RN	14 Membros

Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa- RN.

Os conselhos analisados estão inseridos no rol acima citado, sendo esses o Conselho Municipal de Educação e Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, nossos objetos de estudo, que tem em sua composição membros titulares e suplentes representados por diversos setores participativos da sociedade. Essas representações estão inseridas dentro destacam se a presença de poder público e sociedade civil dando um caráter paritário aos órgãos.

Os conselhos são canais de participação política, de controle público sobre a ação governamental, de deliberação legalmente institucionalizada e de democratização das ações dos governos em ambas esferas de poder, no caso do trabalho em questão referimos nos somente a esfera municipal.

Com base nisso Carneiro (2006) nos mostra que a questão dos conselhos de políticas públicas é inserida em nossa sociedade basicamente na área da governança democrática, Como meios institucionalizados de participação, os conselhos se caracterizam por promoverem uma renovação das relações entre Estado e sociedade e instituem uma nova modalidade de controle público sobre a ação governamental e, primordialmente a ideia de co-responsabilização quanto ao desenho, monitoramento e avaliação de políticas.

Fora esse problema o conselho em questão funciona no que diz respeito a reuniões e execuções de suas atividades precípuas de modo satisfatório.

Tem características de órgãos colegiados criados pelo Estado, cuja composição e competência são determinadas pela lei que os instituiu.

O extrato do que podemos chamar de conclusão mais objetiva acerca do assunto, foram representadas em forma de paralelos traçados entre as normas legais existentes para composição e participação desses conselheiros com a pratica real existente dentro do município.

O que podemos observar ao longo desse estudo foi a composição adequada do conselho municipal de educação de acordo com a lei, em sua formação e sua efetividade em consonância com a Portaria 22/2014 -PMV/PG tendo como base a lei municipal N° 01/02, de 1° de agosto de 2002, que instituiu a formação atual do CME para o triênio de 2014/2017.

A composição desse conselho baseia-se na participação de diversos setores da sociedade, a exemplo disso temos representantes da Secretaria Municipal de Educação de Viçosa, com dois titulares e dois suplentes; representantes do poder executivo com dois titulares e dois suplentes; representantes da igreja católica do município com um titular e um suplente; representantes da igreja evangélica do município com um titular e um suplente; representantes da pré-escola com um titular e um suplente; o conselho também é composto por dois membros titulares e dois suplentes representando os professores da rede municipal, e tendo também representantes das escolas conveniadas como as da rede estadual com membro titular e outro suplente e por último os representantes das entidades não governamentais com dois titulares e dois suplentes.

O que segundo foi observado encontra-se exatamente de acordo com as leis estabelecidas, por outro lado a formação desse conselho encontra-se comprometida pelo simples fato de que tendo acesso às reuniões do CME notou-se que a representação de sociedade civil dentro do órgão encontra-se comprometida pelo simples fato de que essas representações são ligadas diretamente à esfera de governo municipal, o que pela lógica inviabilizaria uma conduta equilibrada entre sociedade civil e governo. Sendo essas condições *sine qua non* para uma composição democrática.

Já o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica -FUNDEB que foi criado pela lei 060 de 02 de março de 2007, que tem dentre outras competências acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do fundo em questão, tem uma estrutura de composição baseada também em representações diversificadas com o intuito de promover a gestão participativa que inclui a supervisão e realização do senso escolar, elaboração de propostas orçamentárias, além de examinar registros contábeis e demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo.

Também a esse conselho inclui a tarefa de acompanhar a aplicação dos recursos referentes ao programa Nacional de Apoio ao transporte escolar e do Programa de Apoio aos sistemas de Ensino para Atendimento à educação de Jovens e adultos. Tem a função também de receber e analisar as prestações de recursos referentes a esses programas antes mencionados, como também

elaborar pareceres conclusivos desses recursos e envia-los ao Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação – FND.

Diante disso sua composição baseia se na seguinte estrutura :

Dois representantes do poder executivo, sendo um deles membro da secretaria municipal de educação;

Um representante da direção das escolas públicas municipais;

Um representante dos professores das escolas públicas municipais;

Um representante dos servidores técnico administrativos das escolas públicas municipais ;

Dois representantes de pais de alunos da rede municipal;

Dois representantes dos estudantes da educação básica pública;

Um representante do Conselho Municipal de Educação;

Um representante do conselho Tutelar do município.

A composição desse órgão segundo observando em suas reuniões ordinárias e extraordinárias, tendo com base também a frequência das atas e ações, e sua formação concluiu-se que o conselho do FUNDEB do município de viçosa encontra se e perfeita harmonia e consonância com as leis que são precípuas ao seu funcionamento.

Outro ponto a ser observado é a frequência que há quando acontece as reuniões , que em sua maioria tem ações deliberadas de forma efetiva sempre com quórum suficiente , tanto nas reuniões ordinárias como extraordinárias.

Atestando assim a frequência continua por parte dos conselheiros , sendo que todas as reuniões encontram se datadas por meio de atas , onde descrevem o que foi debatido e decidido tendo por fim a assinatura de todos os conselheiros presentes.

Conclusão

As transformações sofridas por muitos órgãos públicos sejam eles de administração direta ou indireta tem exigido dos novos gestores cada vez mais empenho e dedicação na melhor execução de suas atividades juntamente com o seus colaboradores, dentro dessas organizações públicas, abre-se ai então um leque de novas tendências urgentes de serem aplicadas como a questão da gestão democratizada, que tem como função de abrir caminho para uma conduta participativa junto a sociedade com caráter de complementação e aval da sociedade para com as decisões do poder público. Instituições que são cada vez mais necessárias a sua sobrevivência e úteis para o alcance de seus objetivos.

O Mundo contemporâneo está exigindo destas organizações e de seus gestores uma grande reflexão a respeito das estratégias de combate ao desperdício e do melhor aproveitamento dos recursos naturais, em uma busca urgente pela conscientização Socioambiental, através de uma boa e eficiente gestão, que seja eficiente e eficaz do ponto de vista administrativo e sustentável como um todo.

Conforme mostrado neste trabalho, o trabalho dos conselhos na Administração Pública proporciona certa segurança para os gestores dessas instituições citadas anteriormente e a seus colaboradores, propondo ações que vão muito além de ajudar na democratização das decisões, como também a construir uma consciência coletiva de participação mútua afinada com os preceitos contemporâneos da administração pública.

È importante ressaltar que para que os programas e políticas educacionais para serem bem sucedidos é necessário que as políticas públicas sejam bem geridas e nada melhor para q isso aconteça que a sociedade em suas diversas representações desempenhem e tenham um papel fundamental na implementação e na manutenção dessas políticas públicas educacionais , sendo essas o alicerce da nossa sociedade e pelo governo em suas três esferas de poder e pelos órgãos da administração.

Referências Bibliográficas

BRAZIL, Constituição. Constituição da república Federativa do Brasil. 1988.

GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 47, n. 2, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**, 7ª Edição. São Paulo, Atlas, 2010.

MAXIMIANO, ACA. **Introdução à Administração**. 6 a edição, 2004. Atlas.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas Ed, 2007.

TATAGIBA, Luciana. **Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate**. Revista Sociologia Política, v. 25, p. 209-213 nov. 2005.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Conselhos de política públicas: desafios para sua institucionalização**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Org.) Políticas públicas: Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 2, p. 149-166.